

Com alça de acesso, ônibus retornarão as suas rotas

Construção do corredor humanitário impactou 29 linhas municipais

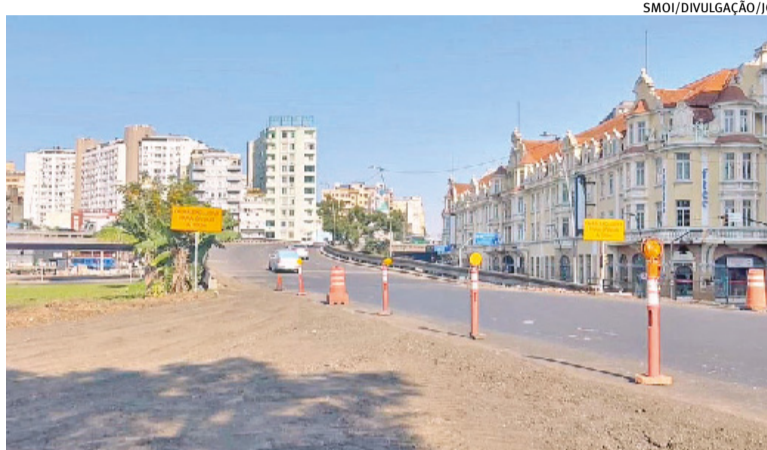
/ MOBILIDADE URBANA

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Na última quinta-feira, a prefeitura de Porto Alegre anunciou que manterá de forma definitiva a estrutura do corredor humanitário do Largo Vespasiano Júlio Vepo, na área central da cidade. Na ocasião, também ficou definida a construção de uma alça de acesso ao trecho, que já se iniciou no último final de semana. Segundo o secretário de Mobilidade Urbana, Adão de Castro, com a medida, nas próximas semanas, todas as linhas de ônibus municipais que estavam realizando desvios retornarão aos seus itinerários originais.

“A alça passará por baixo do viaduto da Conceição. Assim, para retomarem à normalidade, os ônibus deverão apenas fazer o retorno e ingressar pelo acesso que leva ao corredor humanitário e posteriormente ao Túnel da Conceição”, explica.

De acordo com a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), 29 linhas de ônibus que tinham trajeto em direção ao bairro pelo Túnel foram impactadas pela estrutura. A maioria, oriundas dos



Conclusão das obras da alça de acesso deve ocorrer em até 15 dias

terminais Ruy Barbosa e Parobé.

Ao todo, isto representa mais de 1.900 viagens diárias, impactando cerca de 80 mil passageiros. Além disso, com a mudança, os locais escolhidos como “atalhos” começaram a registrar um acúmulo fora do comum de veículos. Agora, Castro estipula um prazo máximo de 15 dias para que a situação se normalize.

Em relação à manutenção do corredor humanitário, localizado em frente à Rodoviária, o chefe da pasta considera como a “primeira ação de resiliência da cidade na prevenção de novos eventos climáticos extremos”. “É uma solução olhando para o futuro.

Caso tenhamos uma nova enchente, esse caminho garante que a cidade não terá problemas em seu acesso. Agora, com a alça, garantimos também que o trânsito não seja prejudicado.

O trecho, que conecta a avenida Castelo Branco ao Túnel da Conceição, foi o primeiro construído emergencialmente para suprir a chegada de caminhões, veículos de socorro e donativos para os afetados pela enchente de maio.

Para obter informações sobre as alterações das rotas de ônibus da Capital em tempo real, os usuários podem consultar o aplicativo Cittamobi, disponibilizado pela prefeitura.

Estado tem quase 15 mil pessoas em situação de rua, aponta MP-RS

/ DIREITOS HUMANOS

Um levantamento do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) realizado, por meio do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e da Proteção aos Vulneráveis (CAODH), quantifica a população em situação de rua no Estado e avalia a implementação das políticas públicas voltadas à essa população. Divulgada nesta terça-feira (23), a pesquisa estima que 14.829 pessoas adultas vivem em situação de rua no RS, e cerca de metade têm acesso ao direito social de alimentação. Quando se fala em um local para dormir, como albergues ou abrigos, número cai para 15%.

O total de pessoas em situação de rua pode ser maior, visto que somente 76,65% dos municípios responderam os questionários eletrônicos. Três cidades de médio porte (Esteio, Parobé e Tramandaí), e uma de grande porte, Viamão, não responderam.

A cidade com maiores números é Pelotas (3.937), seguida por Porto Alegre (2.371), Caxias do Sul (1.497), Capão da Canoa (668) e Gravataí (799). O órgão ressaltou que, como a pesquisa foi realizada antes das enchentes que acometeram o Rio Grande do Sul em maio, esses números tendem a aumentar.

Referente a crianças e adolescentes, o diagnóstico indica que 365 estão em situação de rua, sendo que o maior volume está em Porto Alegre. O levantamento também apontou que 131 famílias vivem nas ruas, a maioria delas em Porto Alegre (28), Santa Maria (25), Bento Gonçalves (22) e Pelotas (10).

De todas essas pessoas, 34,63% (5.136) foram encontradas de modo sistemático na rua e 35,21% (5.222) são itinerantes. A concentração maior está na Região Metropolitana de Porto Alegre. Dos municípios que enviaram

as respostas, 286 (que corresponde a 75,06%) informaram não ter nenhuma pessoa em situação de rua.

Apesar da alimentação ser um direito fundamental previsto na Constituição, 81,82% das cidades que têm pessoas em situação de rua ofertam o serviço. Desses, em 49,38% (40), a oferta se dá por meio de organizações da sociedade civil de forma sistemática e, em 34,56% (28) assistemática, o que revela a insuficiência da oferta por parte do poder público. Um mesmo município, conforme o CAODH, pode ter informado mais de uma opção. Ainda com relação à segurança alimentar, 48,95% informaram insuficiência.

Conforme o trabalho, 60,18% (65) dos municípios não dispõem de abrigo, albergue, casa de passagem ou república. Das 30 cidades com mais de 50 pessoas em situação de rua: 46,66% (14) possuem albergue; 23,33% (7), abrigo; 20,0% (6), casa de passagem; 10% (3), república; e 20,0% (6), não dispõem de equipamentos da Alta Complexidade. São eles: Campo Bom, Capão da Canoa, Osório, Sapiranga, Torres, Vacaria.

Apenas 18 cidades indicaram ter Plano Municipal para População em Situação de Rua ou estar em elaboração e sete contam com Comitê Intersetorial para Políticas para População em Situação de Rua. O documento aponta ainda um grave déficit de serviços da Alta Complexidade da Assistência Social (abrigos), já que os informados cobrem apenas 14,72% dessa população.

É pontuada também a necessidade de elaboração de política ou plano municipal para a população em situação de rua que produza um desenho articulado entre a assistência social, saúde, segurança alimentar, trabalho e renda, profissionalização, esporte, cultura, lazer, entre outras áreas, além da constituição dos respectivos comitês intersetoriais.

Julho teve o dia mais quente registrado na média global

/ CLIMA

A Terra registou o dia mais quente de toda a série histórica de medição de temperatura no último domingo, 21 de julho. E em pleno verão no hemisfério Norte, muitas partes do Mediterrâneo enfrentam riscos extremos de incêndios florestais. O valor mundial registrado quebrou o recorde anterior, estabelecido há um ano, de acordo com dados provisórios do Serviço de Mudanças Climáticas Copernicus, da União Europeia.

As temperaturas médias globais já atingiram ou ultrapassaram um limiar climático chave durante 12 meses, destacando o desafio de limitar o aquecimento global a menos de 1,5°C acima da era pré-industrial, como estabeleceu o Acordo de Paris.

As alterações climáticas estão aumentando a frequência e a intensidade das ondas de calor, pro-

vocando fenômenos meteorológicos extremos, desde inundações a incêndios florestais – no Brasil, as enchentes no Rio Grande do Sul e as queimadas no Pantanal e na Amazônia são exemplos recentes.

No Sul da Europa, o aquecimento global está provocando temperaturas superiores a 40°C, como ocorreu nas últimas duas semanas na Grécia. Por isso, as ameaças a incêndios florestais são cada vez maiores. No país mediterrâneo, ocorreram ao menos 33 incêndios florestais entre o último domingo e segunda-feira. A capital Atenas e outras regiões do Sul permanecem em alerta máximo.

O clima mais frio trará algum alívio esta semana aos gregos, embora ainda se espere que as temperaturas ultrapassem os 39°C em algumas partes do continente europeu nesta terça-feira.

A Espanha também corre ris-

co extremo de incêndio, à medida que as temperaturas aumentam no sul do país. Sevilha e Córdoba se aproximarão de 43°C nesta quarta-feira, conforme a agência de meteorologia espanhola AEMET.

Partes do sul de França e Itália também correm risco de incêndios florestais. Mais ao norte, Berlim e Paris – que vai receber os Jogos Olímpicos a partir desta semana – deverão enfrentar ondas de calor no início de agosto. A temperatura média na capital alemã deverá subir até 28°C em 6 de agosto, oito graus acima do normal para 30 anos.

A temperatura média para o ano até junho foi 1,64°C mais alta do que a da era de 1850 a 1900, de acordo com Copernicus. O mês passado foi o mais quente de todos, recorde que se deu pela 13ª vez consecutiva nos últimos meses.



Levantamento aponta 2.371 moradores de rua em Porto Alegre